

Situação: O preprint não foi submetido para publicação

TENSÕES IDENTITÁRIAS: INSTRUMENTO TERMINOLÓGICO QUESTÃO RACIAL E FEMINISMO

Miriam Moraes

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2429>

Submetido em: 2021-06-02

Postado em: 2021-06-10 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Ao Comitê Editorial do SciELO Preprints

Declaração de Conflitos de Interesse

Eu, Míriam Gontijo de Moraes, autora do manuscrito intitulado “TENSÕES IDENTITÁRIAS: INSTRUMENTO TERMINOLÓGICO E QUESTÃO RACIAL” declaro a inexistência de conflito de interesse de ordem:

(X) financeira,

(X) comercial,

(X) política,

(X) acadêmica e,

(X) pessoal,

Declaro também que não houve apoio financeiro e (ou) material recebido para o desenvolvimento deste trabalho .

Rio de Janeiro, 01 de junho de 2021

Autora

TENSÕES IDENTITÁRIAS: INSTRUMENTO TERMINOLÓGICO QUESTÃO RACIAL E FEMINISMO

Miriam Gontijo de Moraes

<https://orcid.org/0000-0001-9265-1676>

Professora Associada I

Departamento de Processos TécnicoDocumentais.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

miriam.moraes@unirio.br

Resumo

A construção de instrumentos terminológicos, para além da sua função de representação e organização de uma especialidade de conhecimento, é aqui apresentada como um referencial empírico para a identificação de práticas identitárias no momento em que se constituem como terminologias. Tomamos por referencial empírico um instrumento terminológico construído por feministas brasileiras, no final da década de 90 do século XX, o Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG), apresentado pela pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Cristina Bruschini em 1998. Na década de 90, o TEG se propunha a ser o instrumento síntese de uma epistemologia crítica feminista. No entanto, os legados da escravidão no Brasil em termos de dominação racial e de gênero e as desigualdades da sociedade pós-abolição conduziram a experiências sociais diferentes para mulheres negras e brancas. Nesta comunicação, argumentamos que o instrumento terminológico construído neste processo evidencia a representação de um feminismo hegemônico, de classe média e branca, gestado no meio acadêmico, e que o mesmo torna o feminino nele definido como uma ideia universal sem explicitar qualquer conflito, ou a diversidade da práxis feminista no Brasil. Ancorada no pensamento de Foucault, quanto à compreensão de uma economia das relações de poder vislumbramos no Feminismo Negro uma forma de resistência aos diferentes tipos de poder evidenciadas pela imposição de um feminismo hegemônico. Esse confronto de estratégias entre o poder constituído e a resistência em nível da linguagem é aqui analisado por meio da luta das mulheres negras no campo do feminismo e que se distingue pela busca do empoderamento por meio da priorização de termos e conceitos que representem às especificidades da mulher negra.

Palavras-chave: Organização do Conhecimento, Identidade, Feminismo

1 Introdução

Pesquisas no campo da linguagem e práticas identitárias apontam para a linguagem ou discurso como formadoras da sociedade que e são por eles moldada, e que os processos identitários estão imbricados nas práticas sociais, entre elas a de linguagem. Ou seja, é preciso compreender a prática social como formadora de identidades, tendo como foco a prática social de linguagem como mediadora da ação social humana.

A construção de instrumentos terminológicos, para além da sua função de representação e organização de uma especialidade de conhecimento, é aqui apresentada como um referencial empírico para a identificação de práticas identitárias no momento em que se constituem como terminologias.

Disciplinas são construídas por delimitações temáticas e conceituações dos objetos de estudo, e pela estruturação de terminologias que se caracterizam pela identificação de novos conceitos que definem novas identidades. Novas especialidades e estudos interdisciplinares geram uma prática discursiva que tendem a reproduzir dissimetrias e outros problemas identificados no bojo da discussão sobre a construção de uma epistemologia crítica, e que podem ser qualificadas como práticas identitárias excludentes.

A discussão sobre a construção de uma epistemologia crítica tem apontado que contrapor-se aos eixos epistemológicos e conceituais hegemônicos – categorias, conceitos e métodos – para não reproduzir as categorias do sistema de dominação seja científica ou midiática, é a síntese da postura crítica no âmbito do conhecimento e da sociabilidade.

Esta postura implica propor e assumir conceitos provisórios e perseguir abordagens teóricas não definitivas, para escapar da ordem simbólica dominante e pensar temporalidades múltiplas, uma vez que o conhecimento científico e práticas discursivas a ele relacionadas e reproduzidas na esfera pública implicam também em um sistema de dominação.

Neste sentido, tomamos por referencial empírico um instrumento terminológico construído no final da década de 90 do século XX, o Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG), apresentado pela pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Cristina Bruschini em 1998. Na década de 90, no Brasil, evidenciavam-se os primeiros indícios da existência de uma postura crítica no âmbito de algumas instituições de conhecimento, principalmente relacionada à visão feminista do conhecimento. Poderia-se falar então em uma epistemologia crítica e feminista, e o TEG se propunha a ser o instrumento síntese deste conhecimento.

A centralidade da crítica na visão feminista está posta na forma de olhar a organização do mundo social e natural materializados nas relações sociais, cognitivas, éticas e políticas entre homens e mulheres, assim como nas suas expressões e significados no mundo simbólico (MORAES, 2014).

Identificam como características da crítica feminista a posição que consiste em não aceitar totalidades universais ou balizas fixas. Tal posicionamento busca historicizar os conceitos com que se trabalha, tais como os de feminino, reprodução, família, público, particular, cidadania, sociabilidades a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina.

Estas condições, no entanto, não foram estritamente observadas na construção do primeiro Tesouro de Estudos de Gênero e da Mulher no Brasil, que mesmo assumindo um discurso feminista, evidencia que o mesmo é hegemônico e mantém no esquecimento, a herança cruel que coube às mulheres negras no Brasil.

Os legados da escravidão no Brasil em termos de dominação racial e de gênero e as desigualdades da sociedade pós-abolição conduziram a experiências sociais diferentes para mulheres negras e brancas: problemas presumivelmente comuns, como sexualidade, saúde reprodutiva e trabalho remunerado passaram a ter significações diferentes para mulheres negras e brancas. Desde a era colonial, as mulheres foram diferenciadas por práticas patriarcais que associaram matrimônio a mulheres brancas e relações sexuais mais ilícitas a não brancos. Enquanto as brancas eram designadas para o reino da sexualidade legítima e honrada, nos papéis de esposas e mães, mulheres africanas escravizadas, e depois as mulatas, eram associadas a práticas sexuais ilegítimas e desonrosas.

Ao reconhecer essas diferenças, as mulheres negras no movimento feminista passaram a desafiar noções generalizadas da opressão de mulheres que não levavam em conta a relação entre ideologia patriarcal e racismo, que o racismo é um fenômeno Individual, e não um fenômeno estrutural.

Em suas tentativas de trabalhar com as dimensões raciais de opressão da mulher, feministas negras focalizaram assuntos como controle de natalidade e saúde reprodutiva. Preocuparam-se com taxas, aliás, de esterilização entre mulheres pobres, lembrando que

a maioria das mulheres pobres é negra. Seus esforços para combater a esterilização feminina acabaram chamando atenção para a relação entre raça, gênero e classe. Elas discutiram também a tendência das feministas brancas a acusar a divisão sexual do trabalho, porém negando a questão racial. Esse foco no duplo impacto da divisão racial e sexual de trabalho produziu *Insights* adicionais sobre o posicionamento das mulheres negras no fundo da estrutura socioeconômica brasileira

2 O instrumento terminológico como referência discursiva

Pereira e Bufrem (2005, p.22) já contextualizavam que a discussão de questões ligadas a princípios e métodos de organização e representação de conceitos em Linguagens Documentárias (LD) converge para o entendimento que documentalistas trabalham com Documentação e Linguística devido à sua intermediação entre pessoas e sistemas de significação o que pressupõe melhor compreensão da percepção dos profissionais sobre suas bases linguísticas, sociais e culturais de modo a favorecer os modos de representação do conhecimento e aperfeiçoar a *práxis*, pela intermediação entre pessoas (sujeitos) /usuários-clientes e processos.

Segundo Le Moigne (1997, p.135 apud Campos e Campos, 2003) existe nos processos de modelização de um domínio do conhecimento, para fins de sua representação, a identificação de grupos de relações entre conceitos. O primeiro processo consiste na verificação da existência de relações categoriais, ou seja, a existência de conceitos abrangentes e mais genéricos; o segundo, na verificação dos modos de relação entre objetos de mesma natureza; o terceiro, na análise de como “o objeto se constitui”, ou seja, quais são suas partes e elementos; o quarto, no qual se verifica como objetos de natureza diferente se relacionam e a forma mais consistente de representar esse relacionamento, a partir da determinação de alguns critérios prescritivos e finalmente o quinto verifica um dado tipo de relação que não mais se constitui entre conceitos, mas entre eles e a forma de expressá-los, ou seja, se dá no âmbito da língua, a chamada relação de equivalência.

Segundo este modelo de Le Moigne, a identificação das relações implica em uma hierarquização entre termos ou conceitos identificados na literatura de um determinado campo de estudo. Além desta hierarquização, existem as relações por contiguidade e por produção de sentido, também conhecidas sintagmáticas.

Modelar ou Representar um domínio do conhecimento é o resultado de uma prática iniciada com a análise do texto, e conforme Pereira e Bufrem (2005, p.24) “A síntese e a representação advindas desse processo balizam-se por critérios como a padronização e a univocidade, qualificadores das principais formas ou produtos que o representam: o resumo e o índice”. Considerada um modo de intermediação entre emissor e receptor, a representação é concretizada pelos processos e produtos da condensação de conteúdos informativos e ilustrada pelos componentes documentais, segundo mapeamento de Dodebei (2002, p. 42-43).

A representação como reapresentação é um processo de ressignificação no qual a palavra, tomada da linguagem natural, ou controlada por um sistema que a legitima para representar conceitos, converte-se em fim e meio para o autor, o leitor e o profissional mediador. Seus desdobramentos definem o campo da análise e representação documentais do conteúdo dos textos, seja numa frase, num fragmento de um diálogo, em textos ou contextos específicos, apontam as autoras.

No Brasil, a elaboração do primeiro Tesouro de Estudos de Gênero e da Mulher, conforme o relato de Bruschini (1998, p.7), surgiu da ideia de constituir uma rede de informações bibliográficas no campo dos estudos de gênero entre feministas e estudiosas da área, mais exatamente em dezembro de 1990, num seminário realizado em São Roque, SP. Ela foi apresentada no bojo de um conjunto de propostas, tais como a de uma revista científica e a de cursos itinerantes, que visavam ampliar e fortalecer os estudos de gênero, tema que começava a ganhar espaço na academia. Começava a amadurecer e ganhar forma a ideia de que a constituição de uma rede só seria viável após a construção de uma linguagem ou vocabulário bibliográfico comum. Com a convicção de que, sem uma linguagem comum pré-construída, a formação da rede não teria nenhum sentido, o grupo focou a construção de um Tesouro temático para estudos de gênero e sobre mulheres.

A ideia seria retomada mais tarde, durante o Encontro Nacional de Núcleos Universitários de Estudos sobre Relações Sociais de Gênero, realizado na Universidade de São Paulo, em março de 1991, desta feita no âmbito de uma proposta mais ampla sobre a constituição de uma rede de núcleos. O Programa de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Gênero, coordenado pela Fundação Carlos Chagas, viabilizou a formulação

posterior, por meio de comissões formadas durante esse evento, dos seguintes projetos: um curso de teoria e metodologia de gênero, uma revista científica, uma rede de informações bibliográficas e a formação de uma rede de núcleos (BRUSCHINI, 1998, p.7). Da rede de informações bibliográficas, faziam parte Maria Lygia Quartim de Moraes (àquela época da UNESP), Heloísa Buarque de Hollanda (UFRJ), Françoise Dominique Valérie (UFRGN), Glaura Miranda (UFMG), Eva Blay e Tamara Cianciarullo (ambas da USP). Cynthia Sarti, então pesquisadora visitante na Fundação Carlos Chagas, passou a ser coordenadora executiva do projeto, enquanto Sandra G. Unbehaum integrou-o como assistente de pesquisa, e como coordenadora, Cristina Bruschini.

De acordo com Bruschini, Ardaillon e Unbehaum (1998, p.12), o TEG é o instrumento terminológico adequado não apenas para uma indexação mais precisa de acervos sobre gênero e mulheres de qualquer biblioteca, mas também para facilitar o acesso a informações sobre a condição feminina, ou ainda para agilizar levantamentos bibliográficos e eventuais mapeamentos dos estudos de gênero.

Conforme a narrativa de Bruschini (1998, p.7), era mais do que clara, para todas as pesquisadoras envolvidas, a necessidade de reunir e sistematizar, em um centro informatizado, referências bibliográficas que cobrissem a produção científica sobre mulheres e relações de gênero no Brasil, para posterior disseminação por todo o país. Este era o objetivo do projeto, que apontava também para a necessidade de definir critérios pré-estabelecidos para a indexação dos títulos, tendo sido sugerida a utilização do Tesouro da UNESCO, adaptado aos interesses de uma rede de títulos referentes a mulheres e gênero.

Conta Bruschini que os primeiros passos na orientação sobre sua utilização como instrumento de indexação bibliográfica foram demonstrando seu potencial como instrumento de discussão teórico e metodológica no campo dos estudos de gênero, uma vez que ele não se constituiu em uma mera lista de palavras, mas uma complexa inter-relação de conceitos e áreas temáticas. (BRUSCHINI, 1998, p. 8-9).

Na avaliação do grupo, o Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG) tinha a função eminentemente didática de difundir uma linguagem menos sexista que permitiria apreender um mundo menos discriminatório em relação às mulheres. Além disto, na

perspectiva de que sendo vocabulário, ele nomeia e dá forma às instituições que estruturam a maior parte de nossas vidas, lembrando que a língua é uma atividade humana ao mesmo tempo íntima e política. É a língua que nos constrói e é por meio dela que construímos o mundo e nossas relações com ele, comenta Bruschini (1998, p.13).

No caso do Tesouro aqui revisitado, trata-se do registro de uma prática discursiva de um campo em que as reflexões de mulheres acumuladas no decorrer dos séculos sobre a experiência prática cotidiana de sua condição subordinada foram constituindo um corpo teórico que inspirou a epistemologia e a metodologia de pesquisa feminista e que permitiu a revisão da natureza do saber acadêmico em todos os campos dos estudos sobre as relações sociais entre os sexos.

No entanto, em uma postura crítica, observamos que o instrumento terminológico construído neste processo evidencia a representação de um feminismo hegemônico, de classe média e branca, gestado no meio acadêmico, e que o mesmo torna o feminino nele definido como uma ideia universal sem explicitar qualquer conflito, ou a variedade da *práxis* feminina. Isto porque, segundo Caldwell (2000,p.2),

Desde o final dos anos 70, mulheres não brancas na Inglaterra, no Canadá e nos Estados Unidos desafiaram modelos unitários de gênero e exigiram noções sobre o "ser mulher" que levassem em conta raça, etnia, classe e sexualidade. A terceira fase do feminismo, nas décadas de 80 e 90, desafiou os paradigmas unitários de gênero desenvolvidos por feministas brancas de classe média nos anos 60 e 70. (...)O desencanto com modelos e discursos que estavam sendo desenvolvidos por feministas brancas de classe média levaram as não brancas a usar suas próprias experiências de exclusão e discriminação para desenvolver suas próprias formas de conceituar o gênero e o feminismo.

Caldwell (2000) também busca problematizar a ausência da raça na maioria das pesquisas sobre mulheres brasileiras e examinar conceitos alternativos desenvolvidos por feministas negras no país.

3 Identidades da *práxis* feminista

É notável a transformação da ocupação dos espaços pelas mulheres na sociedade contemporânea, que afetou profundamente a organização da família, bem como os espaços ocupados e reservados aos homens, tanto na vida pública, como também na

vida privada, com profundos reflexos em sua própria construção identitária.
(FERNANDES, BORGES, LOBO, 2017)

Foucault, em vários momentos da sua trajetória, demonstra sua noção de formação do sujeito, criando-se uma base teórica na análise das relações de poder que se estabelecem no âmbito das relações de gênero e da afirmação das sexualidades. Em sua obra, o autor busca produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano dentro da nossa cultura, a cultura ocidental a partir das formas de objetivação e formas de subjetivação em relação à constituição do indivíduo. Foucault trabalha a questão do indivíduo e do sujeito, e a eles são atribuídos significados diferenciados, pois os processos de objetivação e subjetivação que concorrem conjuntamente na constituição do indivíduo, se distinguem por ser o primeiro, um processo em que se constituem enquanto objeto dócil e útil e o segundo, enquanto sujeitos e estes enquanto indivíduos, presos a uma identidade que reconhecem como sua.

Sendo assim, sempre que houver referências aos processos de objetivação e subjetivação serão em relação ao indivíduo e o termo sujeito expressará o resultado da constituição do indivíduo ante os mecanismos de subjetivação presentes na atualidade. Fonseca (2003) explica que, para Foucault, na sua preocupação com modos de objetivação do indivíduo, não há uma desvinculação com o poder, visto que, para ele, o sujeito está preso a relações de produção e de significações, sendo assim, também está preso a relações complexas de poder.

O filósofo francês aponta que a compreensão de uma nova economia das relações de poder consiste em vislumbrar a conexão entre as formas de resistência aos diferentes tipos de poder evidenciadas em suas manifestações, e nos conflitos poder/resistência.

Esse confronto de estratégias entre o poder e a resistência pode encontrar-se nas relações entre minorias, tais como a luta das mulheres negras no campo do feminismo e que se distingue pela busca o empoderamento no reconhecimento de um feminismo negro.

Conforme Moreira (2006, apud Zirbel 2007), no Brasil a tensão das mulheres negras com o movimento feminista “hegemônico” se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985, quando surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais

de Mulheres Negras. Conforme seu relato, foram contabilizados no III Encontro, de um total de 850 participantes, 116 mulheres inscritas se declararam como negras e/ou mestiças e chegou um ônibus lotado de mulheres negras que não estavam inscritas. Há registros da participação de mulheres negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em junho de 1975 e no Encontro Nacional de Mulheres, em março de 1979.

No entanto, Caldwell (2000) destaca como resultado destes encontros a existência de um manifesto que chamou a atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras uma vez que a maioria dos estudos feministas brasileiros não reconheceu a importância da raça e das diferenças raciais na constituição do gênero e das identidades das mulheres, e elegeu como marco da resistência a participação de mulheres negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em junho de 1975 quando foi lançado o manifesto das Mulheres Negras:

A apresentação do Manifesto das Mulheres Negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em junho de 1975 marcou o primeiro reconhecimento formal de divisões raciais dentro do movimento feminista brasileiro. [...] Porém, como o Manifesto de Mulheres Negras sugeriu, qualquer suposta unidade entre mulheres brasileiras de raças diferentes já era alvo e debate. O manifesto chamou atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas. Além disso, ao desmascarar o quanto a dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto a dominação de gênero é marcada pela raça, o manifesto destacou que as mulheres negras foram vítimas de antigas práticas de exploração sexual. (CALDWELL, 2000, p. 97-98)

Esta resistência do feminismo negro deu visibilidade à ausência, nos estudos de gênero e da mulher desenvolvidos no Brasil nas décadas de 80 e 90 do século XX, da questão raça e gênero e a outros detalhes que veremos a seguir. Segundo Caldwell (2000), constata-se uma ausência histórica no debate público e acadêmico sobre raça e racismo no Brasil, e esta lacuna resultou no “esquecimento” das realidades de dominação racial, com impacto no campo dos estudos sobre as mulheres brasileiras,” ao retratar as mulheres brasileiras em termos monolíticos, esse campo reforça a imagem do Brasil como uma sociedade em que as diferenças raciais têm uma importância mínima”

Cameiro e Santos (1985) realizaram uma abrangente análise estatística do *status* das mulheres negras no Brasil e enfrentaram a insuficiência de informação estatística no país, já que os dados sobre raça estiveram ausentes do censo nacional de 1970 e foram

coletados e processados em número limitado pelo censo de 1980. Enfrentaram, ainda, inconsistências na coleta desses dados nos censos de 1950, 1960 e 1980 que contribuíram para a falta de informação quantitativa adequada sobre a população negra no país. Estes obstáculos impactaram de forma que a variável cor não foi incorporada de maneira sistemática na produção teórica brasileira, de maneira que os estudos sobre gênero e sobre mulheres negras pudessem trazer mais luz à condição feminina negra.

Segundo Caldwell (2000), em suas tentativas de fornecer um perfil quantitativo e estatístico do *status* profissional e educacional das mulheres negras, Carneiro e Santos (1985), apresentaram uma rara análise estatística da posição socioeconômica de mulheres negras, que oferece também uma base para se entender o quanto os perfis socioeconômicos divergentes de mulheres brancas e negras têm gerado tensões e conflitos, mais do que uma pretensa unidade fundada numa noção compartilhada da feminilidade. Neste perfil é mostrado que as mulheres brancas eram as maiores beneficiárias da diversificação profissional ocorrida de meados dos anos 60 a meados dos 80 e tiveram vantagens claras em termos de acesso à educação, ao mercado profissional e à remuneração, o que resultou em diferenças quantificáveis de *status* em relação às negras.

4 Representação discursiva liberal da condição feminina e outras contradições

Ao se analisar o Tesouro de Estudos de Gênero e das Mulheres, produzido na década de 90, percebemos que ele, mesmo sendo usado até hoje, para difundir uma linguagem menos sexista no espaço acadêmico, onde mulheres estão cada vez mais conquistando seu lugar, e ter impulsionado muitas pesquisas sobre o tema na Fundação Carlos Chagas, se restringiu a organizar o campo semântico deste campo representando uma visão liberal, na qual o feminismo é algo individual, cada mulher com a sua luta.

Foi realizado um panorama temporal sobre o feminismo e gênero para poder chegar ao objetivo da pesquisa que é centrado na década de 90. A década de 90 está presente na terceira onda do feminismo, que se iniciou no final dos anos 80. Algumas características da terceira onda, presente na década de 90, são: desenvolvimento de um conceito liberal dentro do feminismo, o qual definia que a luta de gênero e pelas mulheres não é coletiva, não é pública e não é política, é algo individual. Sobre este aspecto de uma visão liberal

da luta feminista, segundo Costa (2005 apud Zirbel ,2007): “a bandeira do *peçoal é político*, mobilizava para as lutas do movimento de mulheres e, ao mesmo tempo, questionava os parâmetros conceituais do político, até então identificado pela teoria política com o âmbito da esfera pública e das relações sociais que aí acontecem”. Um exemplo da bandeira “do pessoal é político” são os estudos sobre saúde da mulher que geraram uma bibliografia marcada por uma visão “feminina” do corpo e da especificidade distintiva desta nossa condição de protagonistas da reprodução, mas tal como os estudos de e sobre mulher em outras áreas (e tal como a participação feminina neacadêmica na elaboração cultural humana), foram aí impressas novas dimensões.

Também ilustrando esta tendência do pessoal é político, Zirbel (2007) relata que as organizadoras do material e integrantes do corpo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas autoras, Cristina Bruschini e Fúlvia Rosenberg, na Introdução ao livro *Vivência. História, sexualidade e imagens femininas* (1981), comentam sobre a prática de seu grupo, onde as vidas pessoais e cotidianas eram “trazidas à pauta” no intuito de estimular as reflexões (p.9): “éramos mulheres estudando mulheres ,pesquisadoras estudando mulheres, feministas estudando mulheres [...] por vezes escolhíamos integrar nas discussões a esfera do privado e do profissional”.

Para se ter uma dimensão da extensão desta visão na construção do TEG, podemos exemplificar com a frequência dos termos corpo/corpos, que aparecem 97 vezes entre as entradas do Tesouro, sendo que o termo cor inexistente neste vocabulário e o termo raça aparece 57 vezes.

No TEG, o termo Feminismo é definido como “teorias e práticas de igualdade política, social e econômica entre os sexos” e ele está subordinado a uma categoria que inclui no mesmo nível áreas do conhecimento e disciplinas como Ciências Sociais e Cultura História e Mudança Social. Como termos específicos de Feminismo, são relacionados o eco feminismo; feminismo liberal; feminismo marxista; feminismo radical; feminismo socialista. O feminismo negro não aparece como uma espécie identificada.

feminismo

SN *Teorias e práticas de igualdade política, social e econômica entre os sexos.*

SG Ciências Sociais e Cultura

História e Mudança Social
NT ecofeminismo
feminismo liberal
feminismo marxista
feminismo radical
feminismo socialista
RT antifeminismo
direitos das mulheres

Outra constatação das contradições do instrumento elaborado se dá a partir da sua estrutura e dos relacionamentos estabelecidos entre os termos que constituem o instrumento. O primeiro aspecto contraditório na construção do Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG) diz respeito ao que se encontra sugerido pela revisão de literatura notadamente em Barité e Fernández-Molina (2012) com relação à melhor maneira de construir instrumentos terminológicos que funcionam como linguagens documentárias em campos interdisciplinares. Neste caso as facetas ou categorias no primeiro nível, ou o mais abrangentes, devem conter tópicos que representem um conjunto de fenômenos do campo que se quer representar, ao contrário de Disciplinas do campo do conhecimento, que tradicionalmente resultam de uma visão de mundo marcada pelo patriarcalismo científico. Esta recomendação dos autores é explicitada principalmente no caso de Estudos de Gênero, como se pode comprovar na revisão de literatura e no quadro 1 abaixo. Por ser interdisciplinar este campo não deveria estar enquadrado em uma hierarquia em que as categorias mais abrangentes reforçam a disciplinariedade na representação do conhecimento.

A forma como foi concebida a estrutura conceitual do Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG), em 09 categorias temáticas conforme quadro 1, não vai ao encontro de uma perspectiva crítica de representação de um novo campo de conhecimento, reproduzindo hierarquias próprias do conhecimento científico vigente.

Quadro 1 Estrutura hierárquica do TEG em áreas temáticas mais abrangentes

Nível	Categorias / Disciplinas								
1	Ciência e Tecnologia	Ciências Naturais e Saúde	Ciências Sociais e Cultura	Comunicação, Artes e Espetáculos	Economia e Emprego	Educação	História e Mudança Social	Lei, Governo e Políticas Públicas	Linguagem, Literatura, Religião e Filosofia

Fonte: TEG

5 Considerações Finais

A partir da estrutura hierárquica do TEG, a representação deste campo evidencia um arranjo do seu campo semântico que contradiz uma epistemologia crítica, reproduzindo alguns conceitos que não condizem com as mudanças na visão de mundo que o movimento feminista se propôs. Além disto, este vocabulário controlado não contempla o conceito de “Interseccionalidade”, que estuda as interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder e serve como categoria de análise para estudar a condição não apenas da mulher, mas o fato de ser negra, ser LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero). O termo “lésbicas” foi relacionado a “amazonas” e imagens de mulher”, apontando para uma relação um tanto sem sentido. Além disso, foram encontrados poucos termos que representassem o protagonismo e empoderamento do feminismo negro.

Ademais, a análise do TEG apontou que a representação vinculada aos assuntos referentes à mulher e às questões de gênero indica a existência de dissimetrias baseadas nos papéis sexuais. Denota-se, portanto, como a hierarquização de descritores nos tesouros reflete tal padrão. Compreende-se que as abordagens que englobam a criação de um tesouro podem facilitar bem como dificultar a quebra desse padrão de forma a permitir ou embarrear a inserção de novos termos. Como salienta Barité (et al., 2010), há de se confirmar que instrumentos terminológicos como os tesouros se encontram norteados pelo padrão patriarcal comum à literatura produzida nos marcos epistemológicos dominantes.

IDENTITY TENSIONS: TERMINOLOGICAL INSTRUMENT RACIAL QUESTION AND FEMINISM

Abstract

The construction of terminological tools, besides its function of representation and organization of a specialty of knowledge, is presented here as an empirical reference for the identification of identity practices at the moment they are constituted as terminologies. We used a terminological tool constructed by Brazilian feminists at the end of the 1990s, the Thesaurus for Gender Studies and Women (TEG), presented by the researcher of the Carlos Chagas Foundation, Cristina Bruschini in 1998. In the decade of 90, the TEG proposed to be the synthesis instrument of a critical feminist epistemology. However, the legacies of slavery in Brazil in terms of race and gender domination and the inequalities of post-abolition society have led to different social experiences for black and white women. In this communication, we argue that the terminological instrument constructed in this process evidences the representation of a hegemonic, middle-class and white feminism, born in the academic sphere, and that it makes the feminine in it defined as a universal idea without specifying any conflict, or diversity of feminist praxis in Brazil. Anchored in Foucault's thinking, in the understanding of an economy of power relations we see in Black Feminism a form of resistance to the different types of power evidenced by the imposition of a hegemonic feminism. This confrontation of strategies between constituted power and resistance at the level of language is analyzed here through the struggle of black women in the field of feminism and distinguished by the search for empowerment through the prioritization of terms and concepts that represent the specificities of black woman.

Keywords: Organization of Knowledge, Identity, Feminism

Referências

- BARITÉ, M, et al. Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. **TransInformação**. Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, v. 22, n. 2, p. 123-138, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/10568>>. Acesso em: 23 jun. 2017.
- BARITÉ, M.; FERNÁNDEZ-MOLINA, C. Metodologias top-down y bottom-up de análisis de domínio: Perspectiva desde la garantía literária. In: GUIMARÃES, J.A. C; DODEBEI, V. (Org.). **Desafios e perspectivas científicas para a organização e representação do conhecimento na atualidade**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2012.p
- BRUSCHINI, Cristina; ARDAILLON, Danielle; UNBEHAUM, Sandra G. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. 1. ed. São Paulo: Fundação Ford, 1998.
- BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org.). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.
- CALDWELL, K. L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, ano 8, Florianópolis, p. 91-107. 2º semestre, 2000.
- CAMPOS, M.L. de A; CAMPOS, M.L.M. Princípios para a modelização de domínios de conhecimento: estudo comparativo entre abordagens da ciência da informação, ciência da computação e teoria da terminologia. In: **ISKO Espanha 2003**. Salamanca: Ed.Univ.Salamanca, 2003. p. 135-144.

CARNEIRO, Suell e SANTOS, Thereza. **Mulher negra**. Selo Paulo: Nobe V Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985.

COSTA, Ana Alice Alcântara Costa. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Labrys, Estudos Feministas*, jan./jul., 2005. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys7/liberdade/anaalice.htm>> Acesso: 20 setembro 2006.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Editora Interciência, 2002.

FERNANDES, Luís Antônio B. BORGES, Águeda Aparecida da C., LÔBO, Rodolfo P.B. Travestilidade às avessas – a desconstrução de uma “paródia” identitária. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(2): 473-494, maio-agosto/2017

FONSECA, Márcio A. **Michel Foucault e a Constituição do Sujeito**. São Paulo: EDUC, 2003.

_____. **Michel Foucault e o Direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. p. 231-249

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

LE MOIGNE, Jean-Louis. (1977) **A teoria do sistema geral: teoria da modelização**. Lisboa: Instituto Piaget, 1977.

MORAES, Miriam Gontijo. Linguagens documentárias e a construção do pensamento crítico: reflexões sobre o Tesouro para Estudos de Gênero e sobre a mulher. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 7, n. 1, jan./jun. 2014.

MOREIRA. Núbia Regina. Representação e identidade no feminismo negro brasileiro. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2006

PEREIRA, Edmeire Cristina; BUFREM, Leilah Santiago; Princípios de Organização e Representação de Conceitos em Linguagens Documentárias. Enc. **BIBLI: R. eletrônica de Bibl. Ci. Inform.** Florianópolis, n. 20, 2º semestre de 2005

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil**: Um Debate. 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.